

MUNICÍPIO DE CANOAS / RS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL DE ABERTURA Nº 09/2020

AVISO Nº 06 - RETOMADA DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O Prefeito do Município de Canoas/RS, juntamente com a Fundação La Salle, TORNAM PÚBLICO, o fim da SUSPENSÃO do concurso público Edital de Abertura nº 09/2020, por este Aviso, considerando as disposições a seguir:

1. Cumpre esclarecer, que as inscrições efetivadas no período de 17/01/20 a 13/02/20 e o pagamento da respectiva taxa de inscrição até a data de vencimento dia 14/02/20, que observaram as regras e procedimentos do Edital de Abertura nº 09/2020, serão considerados válidos, conforme Aviso nº 04 – Listas Homologadas de Inscritos, publicado em 05/03/20.

Nestes termos, a retomada do cronograma de execução contemplará a concessão de isenção da taxa de inscrição para candidatos que pagaram a taxa de inscrição, que poderão requerer o reembolso do valor da taxa de inscrição e para novos candidatos, desde que estes se enquadrem nas disposições de isenção da taxa de inscrição deste Aviso.

Portanto, novas inscrições serão aceitas somente para candidatos que comprovem o enquadramento nas regras de isenção da taxa de inscrição, não sendo permitidas novas inscrições com a pretensão de pagamento da taxa de inscrição por emissão de boleto bancário.

2. O candidato inscrito homologado, listado no Aviso nº 04 publicado, que efetivou o pagamento da taxa de inscrição e tem o interesse em cancelar sua participação neste concurso público poderá requerer a devolução do valor pago pela inscrição, considerando o preenchimento, assinatura e envio do **Anexo 1 – Formulário de Devolução da Taxa de Inscrição** deste Aviso, anexado em mensagem ao endereço eletrônico recursos@fundacaolasalle.org.br, observado o período específico para este fim contido no novo cronograma de execução deste Aviso.

3. Informamos, ainda, que as novas datas de provas informadas no novo cronograma estabelecido neste aviso, considerarão os protocolos vigentes na região de aplicação de provas à época, conforme determinação do Governo Estadual e Municipal, com base na prevenção à propagação da infecção pelo COVID-19 (novo corona vírus), que visa resguardar a segurança de candidatos, colaboradores e comunidade em geral.

4. QUANTO A RETIFICAÇÃO PARA CONTEMPLAR A POSSIBILIDADE DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO, CONFORME ITENS INCLUÍDOS E RELACIONADOS ABAIXO:

INSERÇÃO:

1.9 Os Anexos, listados abaixo, compõem a íntegra deste Edital e deverão ser preenchidos sem rasuras:

f) Anexo VI – Formulário de Isenção da Taxa de Inscrição.

ONDE SE LÊ:

3. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

3.1 Os períodos estabelecidos neste cronograma, inclusive a data das provas seletivas, poderão ser alterados durante o Concurso Público, havendo divulgação oficial no site www.fundacaolasalle.org.br/concursos, e sem prejuízo das orientações e ditames deste Edital.

PROCEDIMENTOS	DATAS
Publicação do Edital de Abertura na íntegra no site www.fundacaolasalle.org.br/concursos	17/01/20
Inscrições pela internet, através do site www.fundacaolasalle.org.br/concursos (as inscrições encerram-se às 18h do último dia previsto neste cronograma)	17/01 a 13/02/20

Último dia para pagamento do boleto bancário da taxa de inscrição	14/02/20
Último dia para entrega do atestado médico e Anexo II – Formulário de Requerimento de Inscrição na Cota para Pessoas Com Deficiência (PCD) e de Condições Especiais para as Provas Objetivas, por candidatos inscritos na cota de Pessoa Com Deficiência - PCD	14/02/20
Último dia para entrega do atestado médico e Anexo II – Formulário de Requerimento de Inscrição na Cota para Pessoas Com Deficiência (PCD) e de Condições Especiais para as Provas Objetivas, por candidatos que necessitam de atendimento especial	14/02/20
Último dia para a entrega de cópia autenticada da declaração e/ou certidão fornecida pelo Poder Judiciário de que exerce ou exerceu, em qualquer momento, a função de jurado em júri criminal, de modo a ter preferência no critério de desempate final	14/02/20
Publicação de Aviso com as listas preliminares de inscritos por cota de acesso	21/02/20
Período de recebimento de recursos administrativos sobre listas preliminares de inscritos	26 a 28/02/20
Publicação de Aviso com as listas homologadas de inscritos por cota de acesso	05/03/20
Publicação de Aviso sobre a liberação da consulta do local das provas objetivas	13/03/20
Data provável de aplicação das provas objetivas	22/03/20
Período para comprovação da identidade devido coleta de impressão digital na prova objetiva (para os casos onde houver necessidade de coleta de digital, conforme rege este Edital)	23/03 a 02/04/20
Publicação de Aviso com os gabaritos preliminares das provas objetivas	23/03/20
Ato público para abertura do lacre dos envelopes das grades de respostas das provas objetivas, para leitura óptica, na Sede da Fundação La Salle às 9horas	24/03/20
Período de recebimento de recursos administrativos sobre os gabaritos preliminares das provas objetivas	24 a 26/03/20
Publicação de Aviso com os gabaritos oficiais das provas objetivas	06/04/20
Publicação das respostas dos recursos administrativos sobre questões contestadas do gabarito preliminar das provas objetivas	06/04/20
Publicação de Aviso de divulgação das notas preliminares e das grades de respostas das provas objetivas	07/04/20
Período de recebimento de recursos administrativos das notas preliminares das provas objetivas	08, 09 e 13/04/20
Publicação de Aviso de divulgação das notas oficiais das provas objetivas e das grades de respostas das provas objetivas	15/04/20
Publicação de Aviso Informativo sobre as provas de provas práticas	16/04/20
Data provável de aplicação das provas práticas, exclusivamente, para o cargo/ocupação de Técnico Municipal / Técnico em Condução e Operação de Veículos e Máquinas	25 e/ou 26/04/20
Publicação do Aviso de divulgação das notas preliminares das provas práticas	29/04/20
Período de recebimento de recursos administrativos do resultado preliminar das provas práticas	30/04, 04 e 05/05/20
Publicação do Aviso de divulgação das notas homologadas das provas práticas	07/05/20
Publicação de Aviso com a composição da Banca Examinadora das provas seletivas	07/05/20
Publicação da lista homologada de aprovados por cargo/ocupação, com classificação e notas detalhadas	08/05/20
Publicação do Edital de Encerramento	08/05/20

LEIA-SE:

3. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

- 3.1 Os períodos estabelecidos neste cronograma, inclusive a data das provas seletivas, poderão ser alterados durante o Concurso Público, havendo divulgação oficial no site www.fundacaolasalle.org.br/concursos, e sem prejuízo das orientações e ditames deste Edital.

PROCEDIMENTOS	DATAS
Publicação do Edital de Abertura na íntegra no site www.fundacaolasalle.org.br/concursos	17/01/20
Inscrições pela internet, através do site www.fundacaolasalle.org.br/concursos Exclusivo para candidatos que se enquadrarem na concessão de isenção da taxa de inscrição (as inscrições encerram-se às 18h do último dia previsto neste cronograma)	12 a 16/07/21
Período para entrega da documentação de solicitação de isenção de pagamento da taxa de inscrição para candidatos já inscritos homologados e novas inscrições	12 a 16/07/21
Período para pedir a devolução do valor da taxa de inscrição, por desistência do candidato em participar do concurso público	12 a 16/07/21
Publicação de Aviso sobre o resultado preliminar das solicitações de isenção do pagamento da taxa de inscrição e da devolução da taxa de inscrição por desistência do candidato em participar do concurso público	23/07/21
Período de recebimento de recursos administrativos sobre resultado preliminar de isenção do pagamento da taxa de inscrição e da devolução da taxa de inscrição por desistência do candidato em participar do concurso público	26 a 28/07/21
Publicação de Aviso sobre o resultado homologado das solicitações de isenção do pagamento da taxa de inscrição e da devolução da taxa de inscrição por desistência do candidato em participar do concurso público	04/08/21
Último dia para pagamento do boleto bancário da taxa de inscrição	-
Último dia para entrega do atestado médico e Anexo II – Formulário de Requerimento de Inscrição na Cota para Pessoas Com Deficiência (PCD) e de Condições Especiais para as Provas Objetivas, por candidatos inscritos na cota de Pessoa Com Deficiência - PCD	06/08/21
Último dia para entrega do atestado médico e Anexo II – Formulário de Requerimento de Inscrição na Cota para Pessoas Com Deficiência (PCD) e de Condições Especiais para as Provas Objetivas, por candidatos que necessitam de atendimento especial	06/08/21
Último dia para a entrega de cópia autenticada da declaração e/ou certidão fornecida pelo Poder Judiciário de que exerce ou exerceu, em qualquer momento, a função de jurado em júri criminal, de modo a ter preferência no critério de desempate final	06/08/21
Publicação de Aviso com as listas preliminares de inscritos por cota de acesso	16/08/21
Período de recebimento de recursos administrativos sobre listas preliminares de inscritos	17 a 19/08/21
Publicação de Aviso com as listas homologadas de inscritos por cota de acesso	26/08/21
Publicação de Aviso sobre a liberação da consulta do local das provas objetivas (exclusivamente para os cargos/ocupações: Técnico Municipal / Técnico em Fiscalização e Técnico Municipal / Técnico em Condução e Operação de Veículos e Máquinas)	27/08/21
Data provável de aplicação das provas objetivas (exclusivamente para os cargos/ocupações: Técnico Municipal / Técnico em Fiscalização e Técnico Municipal / Técnico em Condução e Operação de Veículos e Máquinas)	05/09/21
Período para comprovação da identidade devido coleta de impressão digital na prova objetiva (para os casos onde houver necessidade de coleta de digital, conforme rege este Edital) (exclusivamente para os cargos/ocupações: Técnico Municipal / Técnico em Fiscalização e Técnico Municipal / Técnico em Condução e Operação de Veículos e Máquinas)	06 a 16/09/21
Publicação de Aviso com os gabaritos preliminares das provas objetivas (exclusivamente para os cargos/ocupações: Técnico Municipal / Técnico em Fiscalização e Técnico Municipal / Técnico em Condução e Operação de Veículos e Máquinas)	06/09/21
Ato público para abertura do lacre dos envelopes das grades de respostas das provas objetivas, para leitura óptica, na Sede da Fundação La Salle às 9horas (exclusivamente para os cargos/ocupações: Técnico Municipal / Técnico em Fiscalização e Técnico Municipal / Técnico em Condução e Operação de Veículos e Máquinas)	08/09/21
Período de recebimento de recursos administrativos sobre os gabaritos preliminares das provas objetivas (exclusivamente para os cargos/ocupações: Técnico Municipal / Técnico em Fiscalização e Técnico Municipal / Técnico em Condução e Operação de Veículos e Máquinas)	08 a 10/09/21
Publicação de Aviso sobre a liberação da consulta do local das provas objetivas (exclusivamente para o cargo/ocupação: Técnico Municipal / Técnico Administrativo)	03/09/21

Data provável de aplicação das provas objetivas (exclusivamente para o cargo/ocupação: Técnico Municipal / Técnico Administrativo)	12/09/21
Período para comprovação da identidade devido coleta de impressão digital na prova objetiva (para os casos onde houver necessidade de coleta de digital, conforme rege este Edital) (exclusivamente para o cargo/ocupação: Técnico Municipal / Técnico Administrativo)	13 a 23/09/21
Publicação de Aviso com os gabaritos preliminares das provas objetivas (exclusivamente para o cargo/ocupação: Técnico Municipal / Técnico Administrativo)	13/09/21
Ato público para abertura do lacre dos envelopes das grades de respostas das provas objetivas, para leitura óptica, na Sede da Fundação La Salle às 9horas (exclusivamente para o cargo/ocupação: Técnico Municipal / Técnico Administrativo)	14/09/21
Período de recebimento de recursos administrativos sobre os gabaritos preliminares das provas objetivas (exclusivamente para o cargo/ocupação: Técnico Municipal / Técnico Administrativo)	14 a 16/09/21
Publicação de Aviso com os gabaritos oficiais das provas objetivas para todos os cargos/ocupações	28/09/21
Publicação das respostas dos recursos administrativos sobre questões contestadas do gabarito preliminar das provas objetivas para todos os cargos/ocupações	28/09/21
Publicação de Aviso de divulgação das notas preliminares e das grades de respostas das provas objetivas para todos os cargos/ocupações	29/09/21
Período de recebimento de recursos administrativos das notas preliminares das provas objetivas para todos os cargos/ocupações	30/09, 01 e 04/10/21
Publicação de Aviso de divulgação das notas oficiais das provas objetivas e das grades de respostas das provas objetivas para todos os cargos/ocupações	07/10/21
Publicação de Aviso Informativo sobre as provas de provas práticas	14/10/21
Data provável de aplicação das provas práticas, exclusivamente, para o cargo/ocupação de Técnico Municipal / Técnico em Condução e Operação de Veículos e Máquinas	23 e/ou 24/10/21
Publicação do Aviso de divulgação das notas preliminares das provas práticas	28/10/21
Período de recebimento de recursos administrativos do resultado preliminar das provas práticas	29/10, 01 e 03/11/21
Publicação do Aviso de divulgação das notas homologadas das provas práticas	09/11/21
Publicação de Aviso com a composição da Banca Examinadora das provas	09/11/21
Publicação da lista homologada de aprovados por cargo/ocupação, com classificação e notas detalhadas	12/11/21
Publicação do Edital de Encerramento	12/11/21

ONDE SE LÊ:

4.4 Do Valor e Pagamento da Inscrição

- 4.4.1 Do valor das taxas de inscrições:
- Cargos/ocupações de nível escolar médio – R\$ 98,52 (Noventa e oito reais e cinquenta e dois centavos).
- 4.4.2 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será objeto de restituição, salvo em caso de cancelamento de cargo/ocupação ou do Concurso Público em sua íntegra.
- 4.4.3 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser realizado, exclusivamente, por pagamento do boleto bancário, disponível no ato da inscrição ou por emissão de 2ª via do boleto, até o último dia de pagamento do boleto, não sendo aceito depósito bancário como forma de pagamento.
- 4.4.4 O candidato não poderá efetuar mais de uma inscrição para cargo/ocupação distintos neste Edital, sendo permitida apenas uma inscrição por CPF.
- 4.4.5 No período de inscrição o candidato poderá alterar a escolha do cargo/ocupação até a data de homologação do pagamento do boleto, sendo válido apenas o último registro realizado para fins de geração e pagamento do boleto bancário.
- 4.4.6 A alteração da inscrição em cargo/ocupação pleiteado pelo candidato implica na anulação imediata da inscrição anterior, tornando inválido para fins de homologação qualquer boleto gerado e/ou pago referente à inscrição anterior, sendo necessária a emissão de novo boleto bancário.

- 4.4.7 O não pagamento da taxa de inscrição, até a última data estipulada, resulta na não homologação da inscrição.
- 4.4.8 O pagamento do boleto bancário da taxa de inscrição em nome de terceiros, boleto sem vínculo com a última inscrição realizada e registrada no sistema, com valor divergente da taxa de inscrição, fora do prazo de pagamento ou comprovante de agendamento do pagamento não será objeto de ressarcimento ou consideração de inscrição homologada, sendo de responsabilidade do candidato a devida atenção no procedimento de geração, conferência de dados e pagamento do boleto bancário.

LEIA-SE:

4.4 Do Valor, Da Isenção e do Pagamento da Taxa de Inscrição

- 4.4.1 Do valor das taxas de inscrições:
a) Cargos/ocupações de nível escolar médio – R\$ 98,52 (Noventa e oito reais e cinquenta e dois centavos).
- 4.4.2 Em conformidade com a Lei Municipal nº 4.469/2000 e o Decreto Federal nº 6.593/2008, que versam sobre as pessoas doadoras de sangue e as pessoas de baixa renda e inscritas no CadÚnico, respectivamente, poderão solicitar a isenção do pagamento da taxa de inscrição, mediante a apresentação de documentos e preenchimento de formulário específico, disponível no Anexo VI deste Edital.
- 4.4.3 Dos comprovantes para isenção da taxa de inscrição para Pessoa Doadora de Sangue:
a) apresentar comprovante de doação de sangue, mediante documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada, com registro da data, pelo período mínimo de 01 (um) ano anterior a publicação do Edital deste concurso público.
- 4.4.4 Da concessão da isenção da taxa de inscrição para candidato de baixa renda e os inscritos no CadÚnico:
a) apresentar comprovante de inscrição no Cadastro Único com Número de Inscrição Social – NIS.
- 4.4.5 Para obter a isenção, o candidato deverá, primeiramente, realizar a inscrição em cargo deste Edital e encaminhar a solicitação de isenção da taxa de inscrição à sede da Fundação La Salle, mediante o preenchimento e assinatura do Anexo VI - Formulário de Isenção da Taxa de Inscrição deste Edital, acrescido dos documentos comprobatórios da modalidade escolhida, pessoalmente ou por Sedex e A.R. (aviso de recebimento) para o endereço Av. Getúlio Vargas, 5558, Sala 105, Centro, Canoas, RS, CEP 92010-242 ou para o endereço eletrônico isencao@fundacaolasalle.org.br, dentro do prazo determinado no cronograma de execução deste Edital.
- 4.4.6 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será objeto de restituição, salvo em caso de cancelamento de cargo/ocupação ou do Concurso Público em sua íntegra.
- 4.4.7 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser realizado, exclusivamente, por pagamento do boleto bancário, disponível no ato da inscrição ou por emissão de 2ª via do boleto, até o último dia de pagamento do boleto, não sendo aceito depósito bancário como forma de pagamento.
- 4.4.8 O candidato não poderá efetuar mais de uma inscrição para cargo/ocupação distintos neste Edital, sendo permitida apenas uma inscrição por CPF.
- 4.4.9 No período de inscrição o candidato poderá alterar a escolha do cargo/ocupação até a data de homologação do pagamento do boleto, sendo válido apenas o último registro realizado para fins de geração e pagamento do boleto bancário.
- 4.4.10 A alteração da inscrição em cargo/ocupação pleiteado pelo candidato implica na anulação imediata da inscrição anterior, tornando inválido para fins de homologação qualquer boleto gerado e/ou pago referente à inscrição anterior, sendo necessária a emissão de novo boleto bancário.
- 4.4.11 O não pagamento da taxa de inscrição, até a última data estipulada, resulta na não homologação da inscrição.
- 4.4.12 O pagamento do boleto bancário da taxa de inscrição em nome de terceiros, boleto sem vínculo com a última inscrição realizada e registrada no sistema, com valor divergente da taxa de inscrição, fora do prazo de pagamento ou comprovante de agendamento do pagamento não será objeto de ressarcimento ou consideração de inscrição homologada, sendo de responsabilidade do candidato a devida atenção no procedimento de geração, conferência de dados e pagamento do boleto bancário.

ONDE SE LÊ:

Anexo III – Conteúdo Programático e Bibliografia Sugerida por Cargo / Ocupação

Observação: Considerar-se-á a legislação vigente, incluindo alterações e atualizações, legislações complementares, súmulas, jurisprudência e/ou orientações jurisprudenciais, até a data da publicação do Aviso de Abertura de Inscrições.

CONHECIMENTOS GERAIS - LEGISLAÇÃO CARGOS/OCUPAÇÕES DE NÍVEL ESCOLAR MÉDIO

Conteúdos Programáticos:

Constituição Federal: Dos Princípios Fundamentais. Dos Direitos e Garantias Fundamentais: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Dos Direitos Sociais; Da Nacionalidade; Dos Direitos Políticos; Dos Municípios; Da Administração Pública. Lei de Acesso à informação. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Orgânica do Município de Canoas. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canoas-RS. Regime Próprio de Previdência Social do Município de Canoas. Código de Conduta Ética dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta de Canoas.

Bibliografia Sugerida:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil e Emendas Constitucionais.
_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de acesso à informação.
_____. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 e alterações. Institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência.
MUNICÍPIO DE CANOAS. Lei Orgânica Municipal e Emendas.
_____. Lei nº 2.214, de 29 de junho de 1984 e alterações. Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Canoas.
_____. Lei nº 5.082, de 11 de maio de 2006 e alterações. Dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Município
_____. Decreto nº 351, de 09 de dezembro de 2014. Institui o Código de Conduta Ética dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta do Município de Canoas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS Técnico Municipal/Técnico Administrativo

Conteúdos Programáticos:

Administração Pública. Legislação Administrativa. Administração direta, indireta, autárquica e fundacional. Atos administrativos. Princípios e poderes da Administração Pública. Serviços e Servidores Públicos. Contratos administrativos. Orçamento Público. Contabilidade Geral. Ética, Moral e Transparência na Administração Pública. Redação Oficial. Comunicação Escrita e Oral. Interpretação de leis e normas administrativas. Documentos e Modelos. Documentação e Arquivo. Gestão da Informação e Arquivística. Organização do Trabalho.

Bibliografia Sugerida:

ANDRADE, N. A. Contabilidade Pública na Gestão Municipal. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017.
BRASIL. Lei Federal nº 4320/64 e alterações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4320.htm.
_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Arts. 1º ao 5º; 29 ao 31; e, 37 ao 41; Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.
_____. Lei nº 8.429/92 e alterações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8429.htm.
_____. Lei nº 12.527/11 e alterações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm.
CANOAS. Decreto Municipal nº 201, de 04 de agosto de 2014 – Institui o Manual de Redação Oficial do Município de Canoas. Disponível no sítio www.canoas.rs.gov.br.
DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. 32. ed. – São Paulo: Atlas, 2019.
FERRARA, F. Como Aplicar e Interpretar as Leis. 1. ed. Belo Horizonte: Líder, 2002.
GIACOMONI, J. Orçamento público. 17. ed. - São Paulo: Atlas, 2017.
_____. Orçamento governamental: teoria, sistema, processo. São Paulo: Atlas, 2019.
KANAANE, R.; FIEL FILHO, A.; FERREIRA, M. G. Gestão Pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. São Paulo: Editora Atlas, 2010.
KASPARY, A. J. Redação Oficial: normas e modelos. 19. ed. – Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

MARTINS, E.; MIRANDA, G. J.; DINIZ, J. A. Análise didática das demonstrações contábeis. 2. ed. – São Paulo:Atlas, 2019.
MATIAS-PEREIRA, J. Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais. 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2018.
MEDEIROS, J. B.; HERNANDES, S. Manual da Secretária: técnicas de trabalho. 12. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.
MORAES, P. E. S.; OLIVEIRA, V. S. Gestão da informação e arquivística no contexto secretarial. Curitiba: Intersaberes, 2015.
VÁZQUEZ, A. S. Ética. 39. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Técnico Municipal/Técnico em Fiscalização

Conteúdos Programáticos:

Conjunto da Legislação Municipal do Município de Canoas, em especial: Plano Diretor do Município de Canoas. Código de Limpeza Pública do Município de Canoas. Código de Posturas do Município de Canoas. Política de Meio Ambiente do Município de Canoas. Noções de Arquitetura e Meio Ambiente - Condicionantes. Licença e Aprovação de projetos. Conclusão de projetos aprovados - Recebimento das obras. Habite-se. Legislação Municipal. Lei de Zoneamento e suas alterações. Leis complementares. Condições Gerais das Edificações - Áreas. Elementos básicos de projeto - Plantas. Cortes. Fachadas. Desenho de arquitetura - Símbolos e Convenções. Formatos. Desenho topográfico. Projeto de Reforma e Modificação. Partes componentes de edificações (fundações, telhados, alvenarias, pisos, forros e revestimentos). Ligações às concessionárias públicas de água, gás, energia elétrica, esgoto, etc. Legislação Ambiental. Legislação de trânsito. Direito Urbanístico. Conceitos ambientais. Preservação e conservação ambiental. Serviços ambientais. Princípios e diretrizes da Educação Ambiental. Fatores da poluição ambiental e formas de controle. Gestão ambiental municipal. Legislação ambiental e florestal. Política Nacional do meio ambiente. Direito ambiental. Crimes e infrações contra o meio ambiente. Higiene e saúde sanitária; boas práticas para processos e procedimentos de produção, embalagem, exposição, armazenagem e comercialização de produtos de alimentação, medicamentos e outros produtos e insumos de interesse para a saúde pública. Boas práticas na manipulação de alimentos e utensílios. Atendimento ao público. Sistemas de material. Sistemas de registro e informação de prontuários, assim como aspectos legais dos mesmos. Redação Oficial. Práticas administrativas. Bem estar animal. Legislação Sanitária. Direito Sanitário. Segurança no trabalho. Processo administrativo, aplicação de sanções, fatos geradores, elementos atenuantes e agravantes, recursos e ações complementares.

Bibliografia Sugerida:

Legislação Municipal de Canoas, suas complementações e alterações, em especial:

Lei 1214/1968 – Código de Posturas do Município de Canoas.

Decreto 1420/1993 – Regulamenta o Código de Posturas.

Lei Complementar 05/2016 – Código de Obras do Município de Canoas.

Lei 5.961/2015 – Plano Diretor do Município de Canoas.

Lei Orgânica do Município de Canoas.

ARRUDA, G. A.. Manual de higiene para manipuladores de alimentos. São Paulo; PONTO CRÍTICO; 2002.

BARROS, R.T.V., CHERNICHARO, C.A.L., et al. Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios.Saneamento. Belo Horizonte: DESA/UFMG, 1995.

BORGES, A.C. Prática das pequenas construções. Vol. 1. São Paulo. Editora Edgard Blücher, 2002.

BRAGA, Ricardo. Instrumentos para a gestão ambiental e de recursos hídricos. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2009.

BRASIL. Lei N.º 6.938/1981. Estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e institui o Cadastro de Defesa Ambiental.

BRASIL. Cartilha sobre Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Brasília, 3ª edição. Disponível em

:http://www.anvisa.gov.br/divulga/public/alimentos/cartilha_gicra_final.pdf

_____. Lei Nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990 e suas alterações/atualizações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.

_____.Lei N.º 9.503, de 23 de setembro de 1997 e suas alterações/atualizações. Dispõe sobre o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, 1997.

_____. Decreto N.º 99.274, de 06 de junho de 1990. Regulamenta a Lei n.º 6.902, de 27 de Abril de 1981, e a Lei n.º 6.938, de 31 de Agosto de 1981, que dispõem, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências.

_____. Lei nº 9.605/98 e suas alterações/atualizações. Dispõe sobre os crimes e infrações administrativo contra o meio ambiente. Brasília, 1998.

_____. Lei nº 9.795/1999 e suas alterações/atualizações. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999.

_____. Lei N.º 10.165/2000 e suas alterações/atualizações. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e altera a Lei N.º 6.938/8. Brasília, 2000.

_____. Decreto Federal nº 6514/2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente. Brasília, 2008.

CASACA, João Martins, Topografia geral. Rio de Janeiro: LTC. 2007.

Práticas administrativas em escritório. Senac Nacional: 2007.

HAZELWOOD, D.; MCLEAN, A. C. Manual de higiene para manipuladores de alimentos. São Paulo: Varela, 1999

HARGREAVES, Lourdes; ZUANETTI, Rose; LEE, Renato et al. Qualidade em prestação de serviços. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2001.

KASPARY, Adalberto J. Redação Oficial - Normas e modelos. Rio de Janeiro: Edita, 2005.

KRIEGER, Maria da Graça et.al. Dicionário de direito ambiental: terminologia das leis do meio ambiente. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

LOPES, Angela Maria N.; LEAL, Maria Leonor de M. S.; COELHO, Cláudio Ulysses F. Técnicas de arquivo e protocolo. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 1998.

MOSCOVICI, Fela. Desenvolvimento interpessoal: treinamento em grupo. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

NRs – Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho. (em especial)

NR-1 – Disposições Gerais.

NR-2 – Inspeção Prévia.

NR-3 – Embargo ou Interdição.

NR-6 – Equipamento de Proteção Individual.

NR-8 – Edificações.

NR-12 – Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos

NR-18 – Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção.

NR-24 – Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho.

NR 25 – Resíduos Industriais.

NBR 6492 – Representação de projetos de arquitetura. Rio de Janeiro: ABNT, 1994.

NBR 10004 – Resíduos sólidos/Classificação.

PINHEIRO, Antônio Carlos Fonseca Bragança. Ciências do ambiente: ecologia, poluição e impacto ambiental. São Paulo: Makron Books, 1992.

LEIA-SE:

Anexo III – Conteúdo Programático e Bibliografia Sugerida por Cargo / Ocupação

Observação: Considerar-se-á a legislação vigente, incluindo alterações e atualizações, legislações complementares, súmulas, jurisprudência e/ou orientações jurisprudenciais, até a data da publicação do Aviso de Abertura de Inscrições.

CONHECIMENTOS GERAIS - LEGISLAÇÃO CARGOS/OCUPAÇÕES DE NÍVEL ESCOLAR MÉDIO

Conteúdos Programáticos:

Constituição Federal: Dos Princípios Fundamentais. Dos Direitos e Garantias Fundamentais: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Dos Direitos Sociais; Da Nacionalidade; Dos Direitos Políticos; Dos Municípios; Da Administração Pública. Lei de Acesso à informação. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Orgânica do Município de Canoas. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canoas-RS. Regime Próprio de Previdência Social do Município de Canoas. **Cargos, carreiras e sistema de remuneração do quadro remunerado do quadro geral da administração pública de Canoas.** Código de Conduta Ética dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta de Canoas.

Bibliografia Sugerida:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil e Emendas Constitucionais.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de acesso à informação.

_____. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 e alterações. Institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

MUNICÍPIO DE CANOAS. Lei Orgânica Municipal e Emendas.

_____. Lei nº 2.214, de 29 de junho de 1984 e alterações. Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Canoas.

_____. Lei nº 5.082, de 11 de maio de 2006 e alterações. Dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência de Previdência Social do Município de Canoas.

_____. Lei nº 5.877, de 31 de outubro de 2014 e alterações. Dispõe sobre os cargos, as carreiras e o sistema de remuneração do quadro geral da administração pública de Canoas.

_____. Decreto nº 351, de 09 de dezembro de 2014. Institui o Código de Conduta Ética dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta do Município de Canoas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS Técnico Municipal/Técnico Administrativo

Conteúdos Programáticos:

Administração Pública. Legislação Administrativa. Administração direta, indireta, autárquica e fundacional. Atos administrativos. Princípios e poderes da Administração Pública. Serviços e Servidores Públicos. Contratos administrativos. Orçamento Público. Contabilidade Geral. Ética, Moral e Transparência na Administração Pública. Redação Oficial. Comunicação Escrita e Oral. Interpretação de leis e normas administrativas. Documentos e Modelos. Documentação e Arquivo. Gestão da Informação e Arquivística. Organização do Trabalho.

Bibliografia Sugerida:

ANDRADE, N. A. Contabilidade Pública na Gestão Municipal. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

BRASIL. Lei Federal nº 4320/64 e alterações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4320.htm.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Arts. 1º ao 5º; 29 ao 31; e, 37 ao 41; Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

_____. Lei nº 8.429/92 e alterações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8429.htm.

_____. Lei nº 12.527/11 e alterações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm.

_____. Decreto nº 10.024/19 e alterações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10024.htm

_____. Lei nº 14.129/21 e alterações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14129.htm#art52

CANOAS. Decreto Municipal nº 201, de 04 de agosto de 2014 – Institui o Manual de Redação Oficial do Município de Canoas. Disponível no site www.canoas.rs.gov.br.

DI PIETRO, M. S. Z. *Direito Administrativo*. 34. ed. – São Paulo: Atlas, 2021.

FERRARA, F. *Como Aplicar e Interpretar as Leis*. 1. ed. Belo Horizonte: Líder, 2002.

GIACOMONI, J. *Orçamento público*. 18. ed. - São Paulo: Atlas, 2021.

_____. *Orçamento governamental: teoria, sistema, processo*. São Paulo: Atlas, 2019.

KANAANE, R.; FIEL FILHO, A.; FERREIRA, M. G. *Gestão Pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas*. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

KASPARY, A. J. *Redação Oficial: normas e modelos*. 19. ed. – Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

MARTINS, E.; MIRANDA, G. J.; DINIZ, J. A. *Análise didática das demonstrações contábeis*. 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2019.

MATIAS-PEREIRA, J. *Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais*. 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2018.

MEDEIROS, J. B.; HERNANDES, S. *Manual da Secretária: técnicas de trabalho*. 12. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

MORAES, P. E. S.; OLIVEIRA, V. S. *Gestão da informação e arquivística no contexto secretarial*. Curitiba: Intersaberes, 2015.

VÁZQUEZ, A. S. *Ética*. 39. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS Técnico Municipal/Técnico em Fiscalização

Conteúdos Programáticos:

Conjunto da Legislação Municipal do Município de Canoas, em especial: Plano Diretor do Município de Canoas. Código de Limpeza Pública do Município de Canoas. Código de Posturas do Município de Canoas. Política de Meio Ambiente do Município de Canoas. Noções de Arquitetura e Meio Ambiente - Condicionantes. Licença e Aprovação de projetos. Conclusão de projetos aprovados - Recebimento das obras. Habite-se. Legislação Municipal. Lei de Zoneamento e suas alterações. Leis complementares. Condições Gerais das Edificações - Áreas. Elementos básicos de projeto - Plantas. Cortes. Fachadas. Desenho de arquitetura - Símbolos e Convenções.

Formatos. Desenho topográfico. Projeto de Reforma e Modificação. Partes componentes de edificações (fundações, telhados, alvenarias, pisos, forros e revestimentos. Ligações às concessionárias públicas de água, gás, energia elétrica, esgoto, etc. Legislação Ambiental. Legislação de trânsito. Direito Urbanístico. Conceitos ambientais. Preservação e conservação ambiental. Serviços ambientais. Princípios e diretrizes da Educação Ambiental. Fatores da poluição ambiental e formas de controle. Gestão ambiental municipal. Legislação ambiental e florestal. Política Nacional do meio ambiente. Direito ambiental. Crimes e infrações contra o meio ambiente. Higiene e saúde sanitária; boas práticas para processos e procedimentos de produção, embalagem, exposição, armazenagem e comercialização de produtos de alimentação, medicamentos e outros produtos e insumos de interesse para a saúde pública. Boas práticas na manipulação de alimentos e utensílios. Atendimento ao público. Sistemas de material. Sistemas de registro e informação de prontuários, assim como aspectos legais dos mesmos. Redação Oficial. Práticas administrativas. Bem estar animal. Legislação Sanitária. Direito Sanitário. Segurança no trabalho. Processo administrativo, aplicação de sanções, fatos geradores, elementos atenuantes e agravantes, recursos e ações complementares.

Bibliografia Sugerida:

Legislação Municipal de Canoas, suas complementações e alterações, em especial:

Lei 1214/1968 – Código de Posturas do Município de Canoas.

Decreto 1420/1993 – Regulamenta o Código de Posturas.

Lei Complementar 05/2016 – Código de Obras do Município de Canoas.

Lei 5.961/2015 – Plano Diretor do Município de Canoas.

Lei Orgânica do Município de Canoas.

ARRUDA, G. A.. Manual de higiene para manipuladores de alimentos. São Paulo; PONTO CRÍTICO; 2002.

BARROS, R.T.V., CHERNICHARO, C.A.L., et al. Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios. Saneamento. Belo Horizonte: DESA/UFMG, 1995.

BORGES, A.C. Prática das pequenas construções. Vol. 1. São Paulo. Editora Edgard Blücher, 2002.

BRAGA, Ricardo. Instrumentos para a gestão ambiental e de recursos hídricos. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2009.

BRASIL. Lei N.º 6.938/1981. Estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e institui o Cadastro de Defesa Ambiental.

BRASIL. Cartilha sobre Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Brasília, 3ª edição. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/divulga/public/alimentos/cartilha_gicra_final.pdf

_____. Lei N.º 8.069/90, de 13 de julho de 1990 e suas alterações/atualizações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.

_____. Lei N.º 9.503, de 23 de setembro de 1997 e suas alterações/atualizações. Dispõe sobre o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, 1997.

_____. Decreto N.º 99.274, de 06 de junho de 1990. Regulamenta a Lei n.º 6.902, de 27 de Abril de 1981, e a Lei n.º 6.938, de 31 de Agosto de 1981, que dispõem, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências

_____. Lei n.º 9.605/98 e suas alterações/atualizações. Dispõe sobre os crimes e infrações administrativo contra o meio ambiente. Brasília, 1998.

_____. Lei n.º 9.795/1999 e suas alterações/atualizações. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999.

_____. Lei N.º 10.165/2000 e suas alterações/atualizações. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e altera a Lei N.º 6.938/8. Brasília, 2000.

_____. Decreto Federal n.º 6514/2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente. Brasília, 2008.

CASACA, João Martins, Topografia geral. Rio de Janeiro: LTC. 2007.

Práticas administrativas em escritório. Senac Nacional: 2007.

HAZELWOOD, D.; MCLEAN, A. C. Manual de higiene para manipuladores de alimentos. São Paulo: Varela, 1999

HARGREAVES, Lourdes; ZUANETTI, Rose; LEE, Renato et al. Qualidade em prestação de serviços. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2001.

KASPARY, Adalberto J. Redação Oficial - Normas e modelos. Rio de Janeiro: Edita, 2005.

KRIEGER, Maria da Graça et al. Dicionário de direito ambiental: terminologia das leis do meio ambiente. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

LOPES, Angela Maria N.; LEAL, Maria Leonor de M. S.; COELHO, Cláudio Ulysses F. Técnicas de arquivo e protocolo. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 1998.

MOSCOVICI, Fela. Desenvolvimento interpessoal: treinamento em grupo. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

NRs – Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho. (em especial)

NR-1 – Disposições Gerais.

NR-3 – Embargo ou Interdição.

NR-6 – Equipamento de Proteção Individual.

NR-8 – Edificações.

NR-12 – Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos
NR-18 – Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção.
NR-24 – Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho.
NR 25 – Resíduos Industriais.
NBR 6492 – Representação de projetos de arquitetura. Rio de Janeiro: ABNT, 1994.
NBR 10004 – Resíduos sólidos/Classificação.
PINHEIRO, Antônio Carlos Fonseca Bragança. Ciências do ambiente: ecologia, poluição e impacto ambiental. São Paulo: Makron Books, 1992.

INSERÇÃO NO EDITAL DE ABERTURA:

Anexo VI – Formulário de Isenção da Taxa de Inscrição

Nome do Candidato	
Cargo Público Pleiteado	
Data de Nascimento	
Nº do RG	
Nº do CPF	
Nº de Inscrição no NIS	
Nome da Mãe	

Eu, candidato acima qualificado, inscrito no Concurso Público Edital de Abertura nº 09/2020 do Município de Canoas/RS, venho requerer a isenção da taxa de inscrição, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.469/2000 e o Decreto Federal nº 6.593/2008, que versam sobre as pessoas doadoras de sangue e as pessoas de baixa renda e inscritas no CadÚnico, respectivamente.

Assinale uma das alternativas:

- a) pessoa doadora de sangue;
- b) pessoa inscrita no CadÚnico.

Encaminhar, em anexo, a documentação relacionada nos itens 4.4.3 ou 4.4.4 deste Edital, conforme opção assinalada para o pedido de concessão de isenção da taxa de inscrição.

Declaro ainda, estar ciente de que minha inscrição no referido Concurso Público, será automaticamente cancelada se comprovada, a qualquer momento, a falsidade das declarações aqui prestadas.

_____, _____, _____ de 20____.

Assinatura: _____

ANEXO I - FORMULÁRIO DE DEVOLUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

PERÍODO PARA EFETUAR A REQUISIÇÃO – 12 A 16 DE JULHO 2021

Eu, _____ inscrito no CPF sob o nº _____, inscrito no Concurso Público Edital de Abertura nº 09/2020 do Município de Canoas, para o Cargo de _____, sob o número de inscrição _____, solicito a devolução, por depósito bancário em conta corrente/poupança, conforme forma indicada abaixo, do valor pago pela taxa de inscrição de R\$ 98,52 (noventa e oito reais e cinquenta e dois centavos), **considerando a desistência em participar deste Concurso Público.**

1 – Devolução por Depósito Bancário:

Nome do Titular da Conta: _____

CPF do Titular da Conta: _____

Banco: _____

Nº da Agência: _____ Nº da Conta: _____

1.1 – Marque a opção de conta bancária para depósito informada:

Conta Corrente:

Conta Poupança:

Assinatura do Candidato (a)

MUNICÍPIO DE CANOAS-RS, EM 12 de Julho de 2021.

Jairo Jorge da Silva,
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
E Cumpra-se
